

O PADRÃO DOS DESCOBRIMENTOS COMO «IMAGEM DE MARCA» DO ESTADO NOVO

ALICE NOGUEIRA ALVES*

VERA MARIZ**

Resumo: As duas construções do Padrão dos Descobrimentos realizadas em 1940 e 1960 mostram-nos a vontade política na edificação deste símbolo identitário enquanto síntese do esforço dos portugueses na descoberta de novos mundos. Embora com objetivos distintos, conseguimos perceber que a sua construção original e a sua reedificação foram ambas apostas do regime salazarista na passagem de uma mensagem ideológica.

Palavras-chave: Arquitetura efémera; Escultura pública; Oliveira Salazar; Cottinelli Telmo; Leopoldo de Almeida.

Abstract: The two constructions of the Monument to the Discoveries, erected in 1940 and 1960, show us the political will to build this identity symbol as a summary of the efforts of the Portuguese in the discovery of new worlds. Although with different goals, we realize that its original construction and rebuilding were both bets of the Salazar regime with the aim of conveying an ideological message.

Keywords: Ephemeral architecture; Public sculpture; Oliveira Salazar; Cottinelli Telmo; Leopoldo de Almeida.

* ARTIS/FBAUL. alicenaves@gmail.com.

** ARTIS/FLUL. verafelixmariz@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Este estudo começou a ser desenvolvido no âmbito do *Projeto de Intervenção dos Revestimentos Exteriores do Padrão do Descobrimento*. Nessa abordagem, de índole interdisciplinar, coube-nos revisitar a “questão” dos dois momentos de construção do Padrão. Não obstante a existência de diversos estudos acerca deste que é, sem dúvida, um dos monumentos mais marcantes da produção estadonovista, compreendemos que existiam ainda caminhos por desbravar e informações por correlacionar. Este artigo é o primeiro resultado de uma investigação em curso, dedicada a este monumento, demonstrando bem a quantidade de informação inédita que, entrecruzada com a já existente, atesta a vontade férrea de Oliveira Salazar em garantir a construção deste grande símbolo identitário, marcando não só aquele lugar emblemático, mas também a história da nação.

1. O LUGAR E O MONUMENTO

Foi aqui uma das portas do Universo. Se a nacionalidade começa em Guimarães, se o mundo para nós começou em Sagres, o Império começou no Tejo. Daqui, como em nenhum outro sítio de Portugal, o nosso génio pode dizer que dominou quatro Continentes. O Promontório Henriquino abriu-nos a rota do Oceano – mas foi nestes cem metros de areia, que Portugal se encontrou a si próprio, que fixou o seu destino universal; foi aqui que se fundou Portugal, pátria de Dois Mundos¹.

A escolha do local da Exposição do Mundo Português foi inquestionavelmente meticulosa, assistindo-se, ao se adotar o *genius loci* da praia do Restelo em Belém, a uma tentativa de estabelecimento de uma coincidência espacial e de continuidade histórica indiscutível. Este ambiente, criado a partir do momento em que D. Manuel I determinou a edificação do mosteiro de Santa Maria de Belém junto à ermida erguida pelo Infante D. Henrique, foi sendo fortalecido com o desenvolvimento da zona ribeirinha e da sua íntima relação com a descoberta dos caminhos marítimos para a Índia e para o Brasil. Durante o Romantismo insistiu-se nesta relação entre Belém, o vetusto mosteiro e a epopeia portuguesa, ficando este local marcado como o ponto de onde os portugueses, liderados por Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral, entre outros valorosos descobridores e navegadores, partiram para descobrir e desbravar o mundo, colocando Portugal na proa da Europa durante várias gerações.

¹ Excerto do discurso proferido por Augusto de Castro na inauguração da exposição do Mundo Português in *Revista dos Centenários*, jul/ag 1940: 12.

Este aspeto simbólico não poderia ser indiferente aos organizadores das celebrações do duplo centenário de 1940, sendo a praia do Restelo considerada como o local mais apropriado para mostrar ao país e ao mundo a grandiosidade da nossa história e para divulgar um momento de pretensão ressurgimento nacional. A localização do Padrão dos Descobrimentos no conjunto da Exposição também não foi descurada, permitindo-nos confirmar a sua importância enquanto «imagem de marca» da celebração e, principalmente, do regime. Pensado para funcionar como «o fecho da Praça do Império sobre o rio»², é interessante notar a relação entre a sua figura do infante D. Henrique e a existente no portal sul do mosteiro de Santa Maria de Belém, localizado no limite norte do recinto.

Com a construção deste Padrão, o Estado Novo procurava realizar a «síntese dinâmica do esforço dos portugueses, no Descobrimento, na Conquista, na Propagação da Fé»³. Conforme frisou o arquiteto-chefe da Exposição, Cottinelli Telmo, o «sentido da “Partida” é a génese do “Padrão da Descoberta”»⁴.

2. O INFANTE D. HENRIQUE – ENTRE SAGRES E BELÉM

A ligação entre o Padrão dos Descobrimentos e a epopeia da construção de um monumento em memória do Infante D. Henrique em Sagres tem sido sublinhada e explorada por vários autores⁵, havendo ainda alguns aspetos interessantes que permaneciam por identificar até ao desenvolvimento deste estudo.

A década de trinta ficou marcada por dois concursos infrutíferos para a escolha de um grande monumento para celebrar o Infante e os descobrimentos portugueses. As propostas então apresentadas foram muito variadas, baseando-se, a sua grande maioria, na ideia de uma caravela conduzida pelo Infante para o desconhecido. Entre os seus vários autores interessa-nos agora destacar os casos do arquiteto Cottinelli Telmo, cuja proposta foi afastada logo na primeira fase do concurso, e do mestre escultor Leopoldo de Almeida, com participação em vários projetos de diferentes arquitetos, entre os quais o apresentado pela equipa de Carlos Ramos, vencedor do concurso de 1935. Este monumento em Sagres acabaria por não ser construído, ficando, conforme referido na «Nota Oficiosa» do primeiro número da *Revista dos Centenários*⁶, como um ponto por resolver. No nosso entender, existe aqui uma ligação óbvia entre esta falta de concretização e o destaque concedido

² *Revista dos Centenários*, jul/ag 1940: 30.

³ *Revista dos Centenários*, jun 1939:16.

⁴ *Revista dos Centenários*, jun 1939:16.

⁵ FRANÇA, 1982; —, 1985; ACCIAIUOLI, 1991; SAIAL, 1991; ACCIAIUOLI, 1998; TEIXEIRA, 2008.

⁶ *Revista dos Centenários*, jan 1939: 3.

através da arte à incontornável figura do Infante na celebração de 1940. Assim o atesta um dos primeiros planos gerais da exposição no qual é observável uma «figura colossal» do Infante D. Henrique que projetaria no céu um foco de luz com as palavras «Mundo Português»⁷.

Mais tarde, no n.º 6 da mesma revista, seria reproduzida uma entrevista publicada no jornal *O Século*, na qual os mentores da exposição explicavam o plano geral através de uma maquete onde já aparecia o Padrão dos Descobrimentos. Apesar de Cottinelli Telmo se desvincular claramente dos monumentos de Sagres, não podemos deixar de notar uma evidente relação plástica e formal entre o Padrão e as exigências daqueles concursos. A ligação da arquitetura com a escultura, e a própria formalização do Infante, parecem corresponder claramente às exigências impostas naquelas ocasiões.

Uma história contada por Manuela Synek, num artigo de 1985⁸, também descarta por completo esta relação, caracterizando o Padrão como algo surgido de uma ideia no contexto da preparação da exposição. Nesse texto é descrito um episódio de inspiração e criatividade, provocado por uma exigência realizada por Leitão Barros ao arquiteto-chefe, para a criação de um grande padrão para a mostra. Essa necessidade urgente teria levado Cottinelli Telmo e Leopoldo de Almeida a passarem uma noite em branco a construir uma nova ideia, relatando-se que a volumetria do monumento se formou num pedaço de barro que foi ganhando corpo, ficando pronto a ser apresentado a Duarte Pacheco na manhã seguinte.

Apesar deste pretenso afastamento, o facto de o monumento ao Infante estar a ser projetado por um concorrente que não tinha ganho nenhum dos concursos anteriores, provocou problemas na gestão da organização da exposição, resultando no afastamento do arquiteto Carlos Ramos, dos seus planos de trabalhos⁹.

Relativamente à componente arquitetónica, percebemos que a sua volumetria monolítica se aproximava do projeto proposto por Cottinelli Telmo no concurso de 1935 onde se pretendia estilizar uma caravela com velas, sugerindo-se os seus recortes com o escudo português a ocupar a fachada virada para o mar¹⁰. A parte escultórica vincula-se claramente ao discurso oficial da época e à sobrevalorização das grandes figuras históricas portuguesas.

Apesar da iconografia deste monumento ser claramente aliada aos princípios que se pretendiam vincular à exposição, a sua edificação seria bastante atribulada. João Martins defende que a ideia de abandonar a construção do Padrão por questões

⁷ *Revista dos Centenários*, fev/mar 1939: 7.

⁸ SYNEK, 1985.

⁹ MARTINS, 1995: 348.

¹⁰ MARTINS, 1995: 191.

orçamentais – entre outros edifícios – terá partido de Cottinelli¹¹. Para se aprofundar esta questão, parece-nos ser importante ter em consideração um conjunto de documentação inédita que traz algumas novidades a este respeito. Efetivamente, segundo estes documentos, o Conselho de Ministros, pela mão de Oliveira Salazar, opôs-se à hipótese de exclusão daquele monumento por considerar que a sua construção seria «a possibilidade [...] de verificar experimentalmente se por aquele caminho se encontrou a solução do problema do Monumento ao Infante Sagres».¹² A oposição Conselho de Ministros voltaria a ser sublinhada no mesmo documento: «Repete-se que o Governo não desejaria que fôsse posto de lado o monumento da Descoberta»¹³, ficando bem evidente a importância reconhecida a este monumento.

Em setembro de 1939, com o agravamento da crise internacional, tornou-se necessário refletir novamente acerca da exposição e da sua realização. De entre três hipóteses então colocadas: a anulação do evento, o seu adiamento ou a sua efetiva realização, optar-se-ia pela terceira, adotando-se uma postura mais comedida relativamente ao previsto inicialmente¹⁴. Esta determinação deve ter levantado novamente questões relativamente à construção do Padrão encontrando-se um novo parecer da Presidência do Conselho datado do final desse ano:

Ao Governo interessava muito a construção do Padrão das Descobertas por três razões: pela contribuição que daria ao conjunto da Exposição, pela beleza própria do monumento, e em último lugar, sem se motivo menos importante, pela lição de experiência que desejava tirar não só da realização como do juízo público. A necessidade de diminuir as despesas, fazendo que coubessem dentro da verba concedida, levou a sacrificar um certo número de construções encaradas no programa primitivo, e entre elas o Padrão dos Descobrimtos, porque, não fazendo em absoluto falta ao conjunto, a sua eliminação trazia logo economia apreciável. Pelos motivos indicados acima deixou-se porém ainda uma expectativa. Por mim creio que se deve ser pessimista à cerca das receitas da Exposição e mesmo até em relação a alguns orçamentos de despesas, e por isso acharia mais prudente pôr já de lado a idéia de se construir o Padrão. Mas como ao Ministério das Obras Públicas tem competido a superintendência das obras e a disciplina superior dos orçamentos e cálculos feitos, a Sua Ex^a. o Ministro das Obras Públicas deve ser apresentado o problema¹⁵.

¹¹ MARTINS, 1995: 376.

¹² ANTT, *Arquivo Salazar*, PC-22, cx 524, Cp. 20, «Andamento das construções da Exposição do Mundo Português (1939)», 25-5-39, p. 3-4.

¹³ ANTT, *Arquivo Salazar*, PC-22, cx 524, Cp. 20, «Andamento das construções da Exposição do Mundo Português (1939)», 25-5-39, p. 5.

¹⁴ ANTT, *Arquivo Salazar*, PC-22, cx 524, Cp. 25, «Comemorações Centenários, Excerto do Conselho de Ministros de 14-9-1939».

¹⁵ ANTT, *Arquivo Salazar*, PC-22, cx 524, Cp. 27, «Presidência do Conselho, Padrão das Descobertas 26-XII-1939».

A decisão relativa à construção do grande monumento caberia a Duarte Pacheco, acabando esta por se concretizar com um cariz efémero, numa estrutura de ferro e cimento dotada de uma composição escultórica em estafe¹⁶.

Após o encerramento da exposição, e eliminada a hipótese da sua reabertura na primavera do ano seguinte¹⁷, o monumento efémero acabaria por ser desmantelado em 1943. Nesta altura estaria já gravemente danificado em consequência de um temporal que assolou a região em 1941¹⁸, bem como de um vento ciclónico ocorrido no mês seguinte, fenómeno que provocou um rombo na base e a queda da figura do Infante D. Henrique no rio Tejo¹⁹. A documentação referente ao processo de demolição encontra-se no arquivo do Ministério das Obras Públicas, tendo sido anteriormente tratada por outros autores²⁰.

3. O PADRÃO DOS DESCOBRIMENTOS – DE EFÊMERO A PERENE

O regime salazarista e os seus arquitetos souberam inquestionavelmente tirar proveito das virtudes da arquitetura efémera no âmbito de exposições e comemorações centenárias de cariz nacionalista, tanto na metrópole como nas colónias. Neste último caso devem destacar-se as reproduções de monumentos históricos como forma de absorção, de instrumentalização destes monumentos e da sua capacidade de interpelar a memória. Assim o atestam diversas reproduções tridimensionais de monumentos ultramarinos, realizadas sobretudo em estafe, muitas vezes à escala real, com a reconstituição meticulosa dos seus referentes²¹, tratando-se de uma prática com raízes nas reconstituições de monumentos do Camboja nas exposições mundiais de Paris (1878, 1889 e 1900) ou de Marselha (1906 e 1922)²².

Voltando ao caso em estudo, observe-se que Cottinelli Telmo compreendia plenamente a essência da arquitetura efémera, razão pela qual, apesar de lamentar que o conjunto expositivo fosse demolido²³, defendia determinantemente a não perpetuação da mostra e, conseqüentemente, do Padrão²⁴: «Conservar bocados

¹⁶ SYNEK, 1985: 43.

¹⁷ ACCIAIUOLI, 1998: 193.

¹⁸ *Diário de Notícias*, 2 jan 1941.

¹⁹ *Diário de Notícias*, 2 jan 1941.

²⁰ MARTINS, 1995; ELIAS, 2006.

²¹ MARIZ, 2016.

²² Bureau International des Expositions, 2013.

²³ AHMOB, CAPOPI, *Secretaria*, Processo 127, «Plano de conjunto das obras», «Plano de Obras da Praça do Império e da zona Marginal de Belém», s/d.

²⁴ MARTINS, 2015: 45.

da Exposição [...] parece-me êrro! São restos, ruínas, farrapos»²⁵. Esta posição do arquiteto relativamente ao monumento seria devedora de um entendimento que remontava, pelo menos, ao ano de 1934, data do artigo «O que costumam ser e o que poderiam ser os Monumentos Comemorativos»²⁶. Este conjunto, no qual alguns pretendiam integrar o Padrão, deveria ser «*um grito*, apenas, e não...*uma gritaria!*...»²⁷, obras bem pensadas que refletissem uma ideia de forma inovadora, mas sem exageros, sem «forçar a sua efígie [do homenageado] a uma ginástica vexatória que confrange, que oprime, que nos faz lembrar o cansaço muscular, a caimbra, a falta de fôlego»²⁸. Definitivamente, o Padrão, com a sua grande marcha de heróis, poetas, navegadores, cientistas ou monarcas, pensada para um momento festivo que exigia uma composição monumental, espetacular, dramática, não se coadunava com esta ideia de monumento comemorativo. Neste caso, esta não era a única objeção de Cottinelli, alegando também problemas ao nível da própria composição, concretamente da fachada do rio e do recorte da fachada lateral²⁹.

O envolvimento de Cottinelli na mostra de 1940 parece ter estado na origem de novas reflexões acerca da arquitetura efémera. No ano de 1938, na linha do que viria a defender a partir de 1943 contra a ideia da construção definitiva do Padrão, o arquiteto não hesitaria em afirmar que pelo facto de esta arquitetura ser sempre arrojada, espetacular, dramática e aparatosa, acabava, invariavelmente, por ser parte fundamental da estratégia de propaganda subjacente à iniciativa, a sua imagem de marca, o seu cartaz³⁰. O Padrão dos Descobrimentos seria tudo isto e, precisamente por essa razão, não poderia ser um monumento comemorativo, solene e respeitoso.

O arquiteto-chefe teve sempre presente este carácter efémero não só do Padrão como de toda a mostra. Em 1939 esclarecia que desta ficaria a preparação de um vasto e muito necessário plano de urbanização de Belém, uma ligação cultural ao local, uma aplicação de energias e valores até então desconhecidos e uma orgulhosa demonstração de capacidade, funcionando como um ensaio geral para uma exposição internacional³¹. Porém, a posição de Cottinelli seria contrária à vontade do ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco, quem, após a demolição do monumento no ano de 1943, tomaria a ideia da sua reconstrução de forma

²⁵ AHMOP, CAPOPI, *Secretaria*, Processo 132, «Museu das Recordações Centenárias – decoração e instalação do museu», s/d.

²⁶ TELMO, 1934: 8.

²⁷ TELMO, 1934: 8.

²⁸ TELMO, 1934: 8.

²⁹ AHMOP, CAPOPI, *Secretaria*, Processo 127.

³⁰ TELMO, 1938: 162.

³¹ TELMO, 1939: 257.

definitiva como «inabalável»³². Cottinelli Telmo protestou, como seria expectável, mas o ministro permaneceu irredutível, dando ao arquiteto a hipótese de corrigir os aspetos mais incómodos. Afinal, ao contrário das propostas dos concursos de Sagres, o Padrão teria tido uma larga aprovação e a sua concretização permitiria, aos olhos de Duarte Pacheco e, possivelmente, de Oliveira Salazar, concluir um longo e penoso processo do monumento ao Infante. Neste sentido, a utilização da expressão «Monumento ao Infante D. Henrique»³³, presente nas discussões para os planos da Praça do Império e da zona marginal de Belém, não terá sido casual.

No entanto, esta nova prova da capacidade de realização do regime não teria a concretização esperada, podendo apontar-se como barreiras a morte prematura de Duarte Pacheco ou a escassez de materiais e o aumento dos seus custos devido à guerra³⁴. Dois anos mais tarde, o assunto parecia ter sido esquecido³⁵, voltando a surgir em 1947 durante uma reunião promovida pela Câmara Municipal de Lisboa³⁶ durante a qual Manuel Vicente Moreira sugeriu a reconstrução do monumento ao Infante D. Henrique de 1940³⁷. Mais uma vez Cottinelli discordou, mostrando-se orgulhoso por ter contribuído para não se proceder à construção definitiva daquele monumento inequivocamente efémero³⁸.

4. O CENTENÁRIO HENRIQUINO

*Vai-se fazer reviver uma grande figura da história – a história que é a política do passado. Mais do que nunca, nesta hora caracterizada pela perturbação das ideias e pela incerteza das convicções, debatendo-se o Ocidente entre o temor e a ilusão, e em que, em nome da paz, tanto se fala de reorganização do Mundo Atlântico, vem a propósito a consagração daquele que, trazendo na alma a chama generosa, aventureira e descobridora, deu, primeiro do que todos e para sempre, o Atlântico à Humanidade*³⁹.

O ano de 1960, época de crescente condenação do colonialismo português, ficaria marcado pelo V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, cujas come-

³² AHMOP, CAPOPI, Secretaria, Processo 127.

³³ AHMOP, CAPOPI, Secretaria, Processo 127.

³⁴ ELIAS, 2006: 499.

³⁵ ELIAS, 2006: 499.

³⁶ MARTINS, 1995: 376-377.

³⁷ *Diário de Notícias*, 20 out 1947.

³⁸ TELMO, 1948: 63.

³⁹ Excerto do discurso proferido por Caeiro da Mata na tomada de posse da Comissão Nacional das Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique in *Boletim Geral do Ultramar*, 1954: 103.

morações foram preparadas a partir de 1954, ano da criação da Comissão Nacional das Comemorações. Foi neste contexto que se retomou a questão do monumento ao Infante em Sagres, datando de 1955 a abertura de um concurso internacional para um novo projeto para o simbólico promontório. Porém, depois da apresentação várias propostas bastante inovadoras, de concorrentes portugueses e estrangeiros, este concurso também viria a ser anulado por um despacho de 1957⁴⁰.

A aproximação do centenário henriquino terá facilitado a escolha da capital para a construção definitiva do monumento ao Infante, mesmo depois de Salazar ter defendido que apenas se construiria ali, caso falhasse esta hipótese de Sagres⁴¹.

Por outro lado, devemos ter em consideração que no projeto para a recuperação da zona marginal de Belém, onde se pretendia construir um conjunto de edifícios públicos destinados aos estudos Ultramarinos, pedido a Cristino da Silva em 1954, já figurava a reconstrução do monumento semelhante ao da exposição de 1940⁴².

No ano seguinte seria publicado o Decreto-lei nº41 157, autorizando o Governo a promover a construção do monumento em causa por intermédio do Ministério das Obras Públicas, com a comparticipação das províncias ultramarinas e da Câmara Municipal de Lisboa. O novo Padrão seria erguido «de harmonia com o modelo erigido em materiais provisórios na Exposição do Mundo Português, de 1940»⁴³, e no mesmo local. Finalmente, conforme Oliveira Salazar ambicionou, nascia assim o monumento definitivo que celebrava condignamente «a pessoa do Infante e a sua obra»⁴⁴, figura maior da História de Portugal e, mais concretamente, do período inicial da expansão portuguesa ultramarina. Devido ao falecimento de Cottinelli Telmo⁴⁵, Pardal Monteiro acabaria por ser o arquiteto responsável pelo projeto definitivo e pelo novo arranjo interno do monumento, com a colaboração de uma diversificada equipa constituída por Leopoldo de Almeida e por muitos outros elementos discriminados no panfleto de propaganda de 1960⁴⁶. A conceção estética manter-se-ia inalterada, mas com dimensões superiores⁴⁷. Segundo José-Augusto França, este facto refletia a «atemporalidade histórica da escultura que em 40 vigorava e a perenidade do seu gosto»⁴⁸.

⁴⁰ ELIAS, 2006: 455.

⁴¹ ELIAS, 2006: 455.

⁴² ELIAS, 2006: 449.

⁴³ *Diário do Governo*, 1958: 51.

⁴⁴ *O Padrão dos Descobrimentos*, 1960: s.p.

⁴⁵ MARTINS, 1995: 348, 374-377.

⁴⁶ *O Padrão dos Descobrimentos*, 1960: s.p.

⁴⁷ MARTINS, 1995: 377.

⁴⁸ FRANÇA, 1985: 281.

No novo projeto, para além da figura do Infante, nas duas rampas laterais surgia novamente um desfile histórico de navegadores, guerreiros, homens da ciência, artistas, letrados, monarcas ou evangelizadores. A identificação destas figuras, apesar de ter sido pensada inicialmente com a ajuda do professor Macedo Mendes, colega de Leopoldo de Almeida na Escola de Belas-Artes de Lisboa, só foi oficializada depois da inauguração⁴⁹. Ainda nas vésperas se referia este facto na imprensa, salientando-se as várias épocas da história ali representadas e o anonimato das figuras como uma medida para evitar discussões públicas sobre quem faltava⁵⁰.

Na reconstrução foram introduzidas algumas alterações na parte escultórica. Para além da adição de Pero da Covilhã empunhando uma bandeira na fachada este, para se preencher um espaço vazio e harmonizar o conjunto ⁵¹, notada por Sandra Silva anteriormente, são também visíveis outras diferenças. Umas são mais subtis, como é o caso da pormenorização do globo carregado por Pedro Nunes, da sugestão de inscrições nas cartelas de Zurara e de Luís Vaz de Camões e da alteração da sua gola; ou o aumento do bordão de Fernão Mendes Pinto omitindo a bota existente em 1940. Outras alterações são mais óbvias, como o barrete acrescentado à figura de Nuno Gonçalves ou a torsão do tronco e a colocação do rosto de frei Henrique de Carvalho de modo mais visível. Na fachada oeste as modificações parecem ter sido menores, destacando-se a colocação das mãos e da inclinação do tronco de São Francisco Xavier, bem como a inclusão de uma barba conferindo um certo envelhecimento ao «Apóstolo das Índias».

Na sua versão final, o imponente monumento com 50 metros foi construído com uma estrutura em betão armado assente por intermédio de uma sapata nervurada num sistema de estacaria no mesmo material. O revestimento exterior é de pedra rosal de Leiria e as esculturas em calcário de Sintra⁵².

CONCLUSÃO

O Padrão dos Descobrimentos é, sem dúvida, um dos monumentos mais ilustrativos da ideologia do Estado Novo e da sua tentativa de comemorar, mas, sobretudo, de igualar – se não ultrapassar – aquela que terá sido a época de ouro da história de Portugal. Este monumento tinha como objetivo trazer ao imaginário dos portugueses, lembrando também aos estrangeiros de visita ao país, a importân-

⁴⁹ *Diário Ilustrado*, 1959: 5.

⁵⁰ *Diário Ilustrado*, 1959: 5.

⁵¹ SILVA, 2009: 176-177.

⁵² *O Padrão dos Descobrimentos*, 1960: s.p.

cia alcançada pelo povo lusitano em tempos passados, mostrando a sua capacidade para repetir a proeza. Ao voltar à mesma mensagem iconográfica, passados vinte anos, reforçando a sua perenidade em betão e pedra, é sublinhada a continuidade da ideologia do regime. Mesmo face aos tempos conturbados, este monumento acaba por ser um testemunho da manutenção/longevidade da ideologia e da quase total imobilidade mental do regime.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

- AHMOP, *CAPOPI, Secretaria*, Processo 122, «Demolição do Padrão», 194.
- AHMOP, *CAPOPI, Secretaria*, Processo 127, «Plano de conjunto das obras», «Plano de Obras da Praça do Império e da zona Marginal de Belém», s/d [1943].
- AHMOP, *CAPOPI, Secretaria*, Processo 132, «Museu das Recordações Centenárias – decoração e instalação do museu», s/d.
- ANTT, *Arquivo Salazar*, PC-22, cx 524, Cp. 20, «Andamento das construções da Exposição do Mundo Português (1939)», 25-5-39.
- ANTT, *Arquivo Salazar*, PC-22, cx 524, Cp. 25, «Comemorações Centenários, Excerto do Conselho de Ministros de 14-9-1939».
- ANTT, *Arquivo Salazar*, PC-22, cx 524, Cp. 27, «Presidência do Conselho, Padrão das Descobertas 26-XII-1939».

BIBLIOGRAFIA

- ACCIAIUOLI, Margarida (1991) – *Os Anos 40 em Portugal – O país, o Regime e as Artes «Restauração» e «Celebração»*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Tese de doutoramento.
- (1998). *Exposições do Estado Novo 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Boletim Geral do Ultramar* (1954), n.º 350, p. 103.
- Bureau International des Expositions (2013), *Angkor in Paris, it happened at World Expos*, <http://www.bie-paris.org/site/en/news/104-news-announcements/past-expos-news/942-angkor-in-paris-it-happened-at-world-expos>, 6-11-2015.
- Diário de Notícias* (2 jan 1941).
- Diário de Notícias* (16 fev 1941).
- Diário de Notícias* (20 out 1947).
- Diário do Governo* n.º 21, I Série, “Decreto-lei 41 157”, 3 de fevereiro de 1958, p. 51.
- Diário Ilustrado* (21 set 1959), pp. 1 e 5.
- ELIAS, Helena (2006) – *Arte Pública e Instituições do Estado Novo – Arte Pública das Administrações Central e Local do Estado Novo em Lisboa: Sistemas de Encomenda da CML e do MOPC/MOP*

- (1938-1960). Barcelona, Departamento de Escultura da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Barcelona. Dissertação de mestrado.
- FRANÇA, José-Augusto (1985) – *A Arte em Portugal no século XX*. Lisboa: Bertrand Editora.
- (1982) – *Cottinelli Telmo e Leopoldo de Almeida: Padrão dos Descobrimentos*. In *Os anos 40 na arte portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, v. 1. pp. 60-61.
- MARIZ, Vera (2016) – *A “memória do império” ou o “império da memória”: a salvaguarda do património arquitectónico português ultramarino: (1930-1974)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento.
- MARTINS, João (1995), *Cottinelli Telmo /1897-1948, a obra do arquitecto*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de mestrado.
- MARTINS, João Paulo (2015) – *A arquitectura dos nossos dias*. In *Cottinelli Telmo – os arquitectos são poetas também*. Lisboa. EGEAC, pp. 21-50.
- MEGA, Rita (2012) – *Vida e obra do escultor Leopoldo de Almeida:(1898-1975)*. Lisboa: Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento.
- O Padrão dos Descobrimentos, Belém, 1960*, [Lisboa], Ministério das Obras Públicas, Comissão Administrativa do Plano de Obras da Praça do Império.
- Revista dos Centenários* (jan 1939), n.º 1, ano I, p. 3.
- Revista dos Centenários* (fev/mar 1939), n.º 2 e 3, ano I, p. 7.
- Revista dos Centenários* (jun 1939), n.º 6, ano I, p. 16.
- Revista dos Centenários* (jul/ag 1940), n.º 19 e 20, ano II, p. 30.
- SAIAL, Joaquim (1991) – *Estatuária Portuguesa dos anos 30 (1926-1940)*. S.l.: Bertrand Editora.
- SILVA, Sandra (2009) – *A exposição de Belém: novos elementos para a construção de uma “memória”*. Lisboa: Universidade Aberta. Dissertação de mestrado.
- SYNEK, Manuela O (1985) – *O Padrão dos Descobrimentos – a gesta portuguesa rasgando o mar*. In «Lisboa – Revista Municipal», n.º13, 1985, pp. 42-43.
- TEIXEIRA, José (2008) – *Escultura pública em Portugal: monumentos, heróis e mitos (séc. XX)*. Lisboa: Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento.
- TELMO, Cottinelli (1934) – *O que costumam ser e o que poderiam ser os Monumentos Comemorativos*. In «O Diabo», 16-9-1934.
- (1938) – *Arquitectura efémera*. In «Revista Arquitectos», n.º 6, agosto/outubro de 1938, p. 161.
- (1948) – *Renovação da Fisionomia da Cidade*. In *Primeira Reunião Orlisiponense*, vol. II, p. 63.
- (1939) – *Exposição histórica do Mundo Português. A inaugurar em Junho de 1940*. In «Revista Oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos», n.º 9, abril/junho de 1939, p. 257.